

0.Introdução

O presente trabalho versa sobre “*o reino do Congo e os Estados Ovimbundu*”. Vamos neste trabalho falar sobre a sua origem, seus limites, situação político administrativa, situação económica, evolução social e cultural. Falaremos ainda dos Estados Ovimbundu; seu surgimento sua evolução político-social, económica e cultural. Primeiro, duma maneira muito resumida iremos colocar a localização geográfica do reino do Congo, em seguida a organização político administrativa, aspectos sociais e económicos e finalmente iremos focalizar aspectos culturais. Assim será com os Estados Ovimbundu.

Este trabalho tem como objectivo geral conhecer melhor o reino do Congo e os Estados Ovimbundu e tem como objectivos específicos os seguintes:

- ❖ Caracterizar o reino Congo e os Estados Ovimbundu;
- ❖ Descrever o contexto da imergência destes reinos;
- ❖ Identificar os seus diferentes aspectos (culturais, económicos, sociais e políticos).

A metodologia usada para a realização deste trabalho, fizemos a revisão bibliográfica e confrontação desta. Este trabalho constitui uma pequena contribuição para dar conhecer sobre o reino do Congo e os seus vizinhos (Estados Ovimbundu). O autor em que mais nos inspiramos, que descreve pormenorizadamente estes reinos é Hipólito Sengulane.

1. Origem do reino Congo

O reino Congo desenvolveu-se na região da África central numa zona dominada pela floresta, originada pela abundância de chuvas que caracterizam a região. As primeiras formações étnicas da região eram constituídas pelos pigmeus, mais tarde pelos imbangala, povos bantu que chegaram à região por volta de 1100, constituídos por lundas, lubas, ovimbundos e ambundos (Sengulane, 2007, p.240).

O processo de criação de Estados nesta região foi acompanhado pelo aumento de excedente, que libertou as chefias do processo produtivo, e por um aumento demográfico, que proporcionou mão-de-obra suplementar para o trabalho, o que consolidou o afastamento das chefias do trabalho manual (Idem).

Segundo Sengulane (2007, p.240) o reino Congo foi fundado por Nimia Lukeni que viera da região Bungu, à frente de um grupo de conquistadores. Nimia Lukeni, desceu do norte do Maiombe para o baixo Congo, conquistou a região dos ambundo do Mbanza Congo e fundou a província de Nsundi, que serviu de base para as investidas e anexações das terras circunvizinhas que culminaram com a formação do reino do Congo.

Esta perspectiva é afirmada por Vansina(1988) na seguinte citação:

“O reino Congo teve sua origem na chefia vungu, ao Norte do rio. Nessa época, chefias, pequenos reinos e conglomerados de chefias cobriam todo o país rio abaixo, tanto ao Norte quanto ao Sul. O pai do reino do Congo, Nimi Lukeni fundou Mbanza Kongo na localização actual de São Salvador e o seu reino constituiu-se tanto por aliança...”(p.650).

Contudo, podemos concluir que o reino do Congo de facto, surge entre várias chefias e foi fundado por Nimia Lukeni.

Limites do reino do Congo:

Norte - baixo Congo

Sul - rio Cuanza

Leste - rio Cuango

Oeste -Costa Atlântica.

1.1.Situação política administrativa

O reino do Congo era dividido por seis províncias tradicionais: Nsundi, Mbamba, Mbemba, Mbata, Soyo e Mpangu. Sob ponto de vista administrativo, eram atribuídas maior importância as províncias de Nsundi, situada ao norte (por ter sido domínio do primeiro reino e berço da expansão do reino) e Mbamba localizada ao sul (por ter uma posição estratégica e ser mais rica do reino). Por este motivo Nsundi era governada pelo filho mais velho do rei e Mbamba acolhia uma guarda avançada encarregada de zelar pelas terras conquistadas e por conter prováveis investidas de inimigos vindos do sul. A capital era Mbaza Congo (que os portugueses vieram chamar por São Salvador) e situava-se na província de Mbemba e incluía ao norte uma floresta sagrada onde eram enterrados os restos mortais dos soberanos e a capital era uma praça forte cercada de muralhas de pedra (Sengulane, 2007, p.241).

Segundo Vansina (1988, p.652), de início, o reino do Congo era dividido entre uma grande cidade, a capital Mbaza Congo, e o campo. Ali coexistiam três camadas sociais bem definidas: a nobreza, os aldeãos e os escravos diferenciavam-se pelo seu estatuto legal, suas actividades e seu estilo de vida.

O reino do Congo após suas conquistas, o rei tomou o título de *Manicongo*, o que significa senhor do Congo.

O rei nomeava os governadores territoriais à excepção de Mbata e do Soyo. Podia demitir os governadores e outros funcionários a seu bel-prazer (Ibid., p.653)

Segundo Sengulane (2007, p.241), o reino do Congo exercia uma grande autoridade mas não um poder absoluto. Era assistido por um corpo administrativo central, cujos membros ele podia demitir, que estava estruturado da seguinte maneira:



1.Rei

2.Chefe do palácio que acumulava a pasta de vice-rei;

3.Juiz Supremo;

4.Colector de impostos;

5.Chefe de polícia;

6.Chefe dos mensageiros;

7.Sacerdote designado por kabunga(geralmente descendente de um antepassado chefe da terra, anterior a Nimia Lukeni).

Os governadores das províncias eram muitas das vezes, parentes imediatos do rei e possuíam o direito da disputa pela sucessão do rei, visto que, a sucessão não era hereditária o que significa que todos os parentes podiam disputar o trono embora antes da sua morte o soberano indicasse a sua preferência. A escolha recaia normalmente, nos parentes da linha matrilinear. A indicação era sancionada no fim por um conselho eleitoral constituído por três grandes eleitores que eram chamados de Mani Vumba, Mani Mbata e Mani Soyo, mas teoricamente o rei devia ser eleito e aconselhado por um colégio constituído por 9 ou 10 membros (Ibid., p.242).

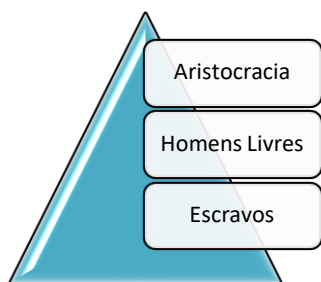
Para Vansina (1988, p.653), o rei nomeava seus parentes próximos para os cargos chave do governo das províncias, da magistratura superior e da administração fiscal. A sucessão do rei baseava se em eleições: o conselho real comportava 12 membros dos quais 4 eram mulheres que representavam os clãs dos avós do rei.

Podemos dizer que o reino do Congo já conhecia uma pequena democracia, embora deficiente e pouco clara.

1.2.Organização Social

A sociedade congoleza apresentava uma estratificação social dividida em três ordens:a aristocracia, os homens livres e os escravos. Os membros da aristocracia não podiam contrair matrimónio noutras camadas sociais (Sengulane, 2007, p.242). Este assunto encontra se secundado por Vansina (1988) na citação seguinte: *Ali coexistiam três camadas sociais bem definidas: a nobreza (que compunha se dos parentes do rei ou de um dos seus predecessores), aldeões e os escravos (p.653).*

Com isto dá para entender que o estatuto social determinava os casamentos, pois entre a nobreza e outras classes sociais não podia existir nenhum casamento.



Estrutura social do reino do Congo.

Os nobres viviam nas cidades, excepto quando deviam ocupar cargos de comando nas províncias.

Os reis por serem grandes polígamos tinham vários filhos e suas casas alcançavam rapidamente grandes proporções. Um exemplo concreto é sobre o rei Afonso, que após 25 anos de reinado já possuía 300 filhos e bisnetos e mesmo número de sobrinhos. A esposa principal devia ser a filha ou irmã do governador de Mbata.

1.3.Economia

No reino do Congo, a agricultura constituía a base económica, onde dava-se maior importância ao cultivo da palmeira da qual se extraía vinho, óleo, o vinagre e a própria fruta. Para além desta actividade, praticava-se a pesca com a finalidade de variar a dieta e extrair o óleo para calafetar ou vedar as embarcações (Sengulane, 2007, p.245).

O comércio era interno e externo. Internamente, o comércio era controlado pelo Estado, onde a base de troca era moeda –o nzimbu. Estavam ainda incluídos nas transacções internas objectos como: ferramentas de ferro, sal, esteiras e cestos bem como objectos de prestígio como jóias, ornamentos de cobre e de marfim, quadrados de ráfia e tecidos de fibra. O comércio externo, trazia para o reino o nzimbu, obtido em Luanda, o sal marinho, o peixe, a cerâmica e cestos obtidos no baixo Zaire; a ráfia e a cerâmica obtida no lago Malebo, cobre obtido em Mbamba e outros produtos provenientes de várias regiões. Para além desta actividade dedicavam-se também ao artesanato (Idem).

Contudo dá para entender que o reino do Congo praticava o comércio com povos circunvizinhos e depois com os portugueses, onde a principal moeda era o nzimbu.

O governo do reino do Congo, sobrevivia de impostos e tributos cobrados pelos governadores, pagos em dinheiro, em víveres, em produtos comerciais e em objectos simbólicos que depois eram encaminhados ao rei (Idem).

De acordo com KI-ZERBO (2010, p.236), o tesouro real era provido pelo monopólio real, pela exploração das mulheres na recolha de conchas e zimbos de Luanda que serviam como moeda. Toda colecta servia no pagamento de funcionários e manutenção do Estado e as suas estruturas.

1.4.Aspectos culturais

De acordo com Niane (Ibid., p.651), o rei não era comum dos mortais, cometendo um incesto com a irmã, torna-se um homem sem família, o que lhe capacitava governar todas as famílias com justiça e imparcialmente¹.

A língua oficial era Kikongo. O rei possuía um chapéu, um tambor, um bracelete de cobre ou marfim, uma bolsa de impostos e um trono em forma de banquinho quadrado; objectos que simbolizavam sua posição de primeiro senhor do reino e detentor de um poder supremo que o separava dos demais homens. O rei trazia calçado enquanto os pobres andavam descalçados, os nobres cobriam-se de tecidos finos e de peles preciosas e as mulheres com condições cobriam-se de cinta para baixo com três larguras de panos, uma até aos calcanhares (Idem).

Para Vansina (1988, p.652), a ideologia decorria das concepções religiosas gerais. No Estado do Congo, três cultos importantes desempenhavam um papel: o dos antepassados cujo lugar sagrado era o bosque do cemitério real, o dos espíritos territoriais e o dos sortilégios reais. A noção Nkinsi era fundamental. Os cristãos retomaram esse termo com sentido sagrado para designar a igreja e a bíblia. As doenças e as desgraças eram atribuídas aos Ndoki (feiticeiros), estes podendo ser descobertos pelos Nganga Ngomba (advinhos), por vezes com ajuda de ordálios.

¹Esta informação deve ser entendida num sentido subjectivo e no sentido de argumentação.

2.Os Estados Ovimbundos

2.1.Origem

Os Ovimbundos são uma etnia bantu de Angola. Eles constituem 37% da população do país. Os seus subgrupos mais importantes são os Mbalundu (“Bailundus”), os Wambo (Huambo), os Bieno, os Sele, os Ndulu, os Sambo e os Kakonda (Cacongá).

Descendentes de populações bantu que chegaram à região no início do 2º milénio. Os Ovimbundos ocupam hoje o planalto central de Angola e a faixa costeira adjacente, uma região que compreende as províncias do Huambo, Bié e Benguela.

Para Sengulane (2007, p.242), as raízes destes Estados emergem da constituição de concentrações populacionais na região do rio Lui que datam de anos muito anteriores a 1500.

A avaliar por Vansina (1988, p.584), o grupo mais destacado era o Ovimbundo, de origem bantu, cuja etnia principal era constituída pelos Huambos que habitavam o sul do planalto, na região chamada Feti. As concentrações indicadas foram crescendo, a tal ponto que, pouco depois de 1500, constituiu-se no planalto ao sul de Libolo o Estado Kulembe, que provavelmente tenha sido uma das primeiras formações estatais dos Ovimbundos.

2.2.Evolução Económica

Nestes Estados encontramos três actividades praticadas designadamente: agricultura (onde na savana era itinerante e nas zonas de florestas era clareira), a caça e a pesca, onde os praticantes destas actividades faziam trocas de produtos entre si.

Na agricultura produzia-se cereais (sorgo vermelho e o milite); tubérculos; legumes, amendoim, palmeiras, banana e cana-de-açúcar.

Os Estados Ovimbundos de Angola, diferentemente do reino do Congo, dedicavam-se à agricultura, mas a sua actividade fundamental era a criação do gado bovino e caprino (Sengulane, 2007, p.245).

2.3.Evolução sócio política

Os povos Ovimbundos, não se organizaram em Estados importantes, agruparam-se, basicamente, em numerosas chefaturas menores (Vansina, 1988, p. 646).

Os Estados Ovimbundos, foram formados por agrupamentos familiares que ocupavam o espaço de forma aleatória, e que obtinham seu sustento através de actividades agrícolas, do

pastoreio e da produção de ferramentas e utensílios. Com o passar do tempo as famílias que produziam mais comida e as melhores armas passam a se destacar entre o grupo, assumindo uma posição diferenciada e adquirindo um poder que com o tempo passou a ser legitimado pelas demais famílias.

Nos Estados Ovimbundos, geralmente, cada aldeia recebia o nome do seu fundador de quem o membro mais velho da aldeia descendia. No território dos Ovimbundos, apenas as pessoas ligadas pelos laços de sangue construía as suas casas na mesma aldeia.

O rei era a autoridade máxima do Estado, coadjuvado pelos membros da família real, parte da qual vivia com o rei e cujos homens aptos para o exército militar, formavam uma ala especial do exército, os dignitários e os conselheiros do rei e os chefes; e ainda os sacerdotes, adivinhos e curandeiros que o rei mantinha sempre à sua volta em grande número. A esposa principal do rei era chamada Muala Irene que entre todas as esposas do rei, esta é que tinha mais poder e direito.



Estrutura política dos Ovimbundu

Não havendo aperfeiçoamento tecnológico, havia terra disponível em abundância, para a sua exploração, requeria maior número de mão-de-obra. Daí vem o estatuto de escravo doméstico, que era um servidor que produzia obedecendo as directrizes do seu dono e aumentava a produtividade agrícola. Geralmente, esses escravos eram compostos maioritariamente de mulheres e prisioneiros de guerra.

Socialmente, os Estados Ovimbundos, possuíam três extractos sociais: a aristocracia (composta pelo rei e membros da sua família constituída pelos familiares directos e todos

membros que partilhavam uma ancestralidade comum), os homens livres e os escravos.



Estrutura social dos Ovimbundu

Em finais do século XIX, estes povos estavam organizados politicamente em doze reinos dos quais o do Bailundo, o do Huambo, Bié, Chiyaka, Galangue e Andulo eram os mais poderosos.

2.4.Cultura

A maioria do povo Ovimbundo, tornou-se cristã, aderindo à igreja Católica, quer as igrejas protestantes, principalmente à Igreja Evangélica Congregacional de Angola promovida por missionários norte americanos. Esta cristianização teve entre outras, duas consequências incisivas: Uma, a construção em todo Planalto Central, de aldeias católicas, protestantes e não cristãs separadas; a outra, tem a ver com a existência de um grau relativamente alto de alfabetização e escolarização, e por conseguinte também do conhecimento do português entre os Ovimbundos, com destaque para os protestantes (Isabel, 2003, p.450).

Os Ovimbundos, falavam uma língua Bantu do sudoeste e, a língua, a presença do gado e o sistema de parentesco ligam essa civilização à dos povos de língua bantu da Namíbia e do sul de Angola (Vansina, 1988, p. 645).

Uma das características dos Ovimbundos, é a capacidade de sair do seu espaço social e cultural original, receber influências exteriores sem esvaziar o seu património histórico-cultural sobretudo a língua.

Artisticamente eram especialistas, pois que possuíam escolas de escultura e animalista e de múltiplas máscaras utilizadas na iniciação masculina (circuncisão). Os Ovimbundos foram também grandes construtores de embalas ou muralhas defensivas.

3. Conclusão

Durante a realização do trabalho, concluiu-se que o reino do Congo emergiu na África central e foi fundado por Nimia Lukeni. Concluímos também que o reino do Congo possuía seis províncias tradicionais, onde duas eram tidas de mais importantes. Na esfera social, vimos que no reino do Congo tinha desigualdades sociais, onde os casamentos eram determinados pelas classes sociais dos indivíduos, visto que os indivíduos da nobreza contraíam matrimónio entre si, assim como os da classe baixa.

Concluímos ainda que, o reino do Congo até no momento da sua existência conhecia uma pequena democracia no que tange a sucessão dos reis, visto que para determinação de um sucessor do rei, faziam-se pequenas eleições.

No que diz respeito aos Estados Ovimbundos, vimos que estes emergiram no território, actual Angola. Um aspecto que diferencia estes Estados do reino do Congo, é que estes Estados possuíam como base económica a pecuária, diferentemente do reino do Congo em que a agricultura era tida como base económica.

4. Bibliografia

ISABEL, Arlindo. *Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola*. Luanda: Editorial Nzila. 2003. 450p.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 3ª Edição. São Paulo: 1999. 236p.

SENGULANE, Hipólito. *Das primeiras economias ao nascimento da economia mundo*. 2ª Edição. Maputo: Diname. 2007. 293p.

VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados (coord). In NIANE, Jibril. *África do século XII ao século XVI*. 2.ed. rev.-Brasília: UNESCO, 2010. 645-647p.

VANSINA, Jan. África Central: O Congo e os seus vizinhos (coord). In OGOLL, B. *África do século XVI ao século XVII*. 2ª Edição. São Paulo: UNESCO. 2011. 647-657p.

Índice

0.Introdução.....	1
1.Origem do reino Congo.....	2
1.1.Situação política administrativa	3
1.2.Organização Social.....	4
1.3.Economia	5
1.4.Aspectos culturais	6
2.Os Estados Ovimbundos	7
2.1.Origem.....	7
2.2.Evolução Económica.....	7
2.3.Evolução sócio política	7
2.4.Cultura	9
3.Conclusão	10
4.Bibliografia.....	11

